

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Leste S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024	3
INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO	5
DESEMPENHO ECONÔMICO	5
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO.....	7
SEGURANÇA DE BARRAGENS	8
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
 BALANÇOS PATRIMONIAIS	 11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	14
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	15
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	17
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	 18
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	18
2. BASE DE PREPARAÇÃO	20
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	23
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	24
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	24
7. IMOBILIZADO.....	25
8. INTANGÍVEL.....	27
9. FORNECEDORES.....	30
10. PROVISÕES	30
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	30
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
13. RECEITA LÍQUIDA	31
14. CUSTOS E DESPESAS	33
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	34
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	34
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	37
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	40
19. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	43
 PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	 46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A CEMIG GERAÇÃO LESTE

A Cemig Geração Leste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram-se em 8 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de R\$100.569 mil, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024.

Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA.

O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já

no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa 14 hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Leste S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R\$ 13.872 mil, desse montante destaca-se a construção de nova barragem da usina Peti.

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$41.272 mil em 2024 em comparação ao resultado de R\$41.363 mil em 2023, uma redução de 0,22% devido, principalmente, a um aumento dos custos e despesas operacionais.

Receita

A Cemig Geração Leste S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 15/2016 – ME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), conforme previsão do contrato.

As principais variações na receita da Companhia são conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2024 foi de R\$39.108 mil, em comparação a R\$37.549 mil em 2023.

A Cemig Geração Leste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$25.155 mil em 2024 (R\$23.303 mil em 2023), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$16.944 mil em 2024 (R\$15.325 mil em 2023), representando um aumento de 10,56%. Essa variação deve-se, principalmente, a aumento com serviços de terceiros.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$2.222 mil, comparado a receita financeira líquida de R\$3.968 mil em 2023. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos resgates em 2024.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Em 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.734 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$44.006 mil antes dos efeitos fiscais, representando 6,21%. Comparativamente, no mesmo período de 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.109 mil, em relação ao resultado de R\$44.472 mil antes dos efeitos fiscais, representando 6,99%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA referente aos exercícios de 2024 e 2023. Destacamos que a margem do LAJIDA foi de 72,24% em 2024 (73,70% em 2023).

R\$ mil	2024	2023	Var. %
Resultado Líquido	41.272	41.363	(0,22)
Despesa de IR e CS	2.734	3.109	(12,06)
Depreciação/Amortização	642	642	-
Resultado Financeiro	(2.222)	(3.968)	(44,00)
LAJIDA ⁽¹⁾	42.426	41.146	3,11

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2024, no montante de R\$41.272, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.062 para constituição de reserva legal;
- R\$19.605 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.605 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Geração Leste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$19.605 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram

protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 07 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Tronqueiras e Poço Fundo e para as UHEs: Nova Ponte, Peti (em

parceria com a VALE- Mina Brucutu), Cajuru, Salto Grande, Itutinga/Camargos, envolvendo 11 municípios envolvendo cerca 600 pessoas;

- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONs-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;
- 20 Simulados Restritos/Individuais executados em 28 Pontos de Encontro nas ZAS das UHEs: Machado Mineiro, Irapé, Teodomiro Carneiro Santiago (Emborcação) e Três Marias envolvendo cerca de 200 pessoas evacuadas em 07 municípios.

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Leste é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Leste S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Leste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Leste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

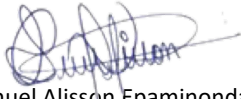
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	10.241	2.450
Títulos e Valores Mobiliários	4	16.281	4.941
Consumidores e Revendedores	5	4.774	5.117
Ativo Financeiro da Concessão	6	18.787	18.035
Tributos Compensáveis		31	79
Outros ativos		50	3
		50.164	30.625
Ativos classificados como mantidos para venda	19	5.208	-
TOTAL DO CIRCULANTE		55.372	30.625
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	6.140	-
Ativo Financeiro da Concessão	6	119.613	119.311
Tributos Compensáveis		411	363
Imobilizado	7	29.299	14.799
Intangível	8	853	151
Direito de Uso		197	132
Outros ativos		232	276
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		156.745	135.032
ATIVO TOTAL		212.117	165.657

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	7.053	2.849
Encargos Regulatórios		91	508
Impostos, Taxas e Contribuições	11	1.029	675
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	439	715
Dividendos a pagar	12	19.605	19.648
Convênio de Compartilhamento	17	216	298
Passivo de Arrendamento		119	12
TOTAL DO CIRCULANTE		28.552	24.705
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	1.287	826
Impostos, Taxas e Contribuições	11	1.240	1.022
Encargos Regulatórios		944	282
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		12	18
Passivo de Arrendamento		94	131
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.577	2.279
TOTAL DO PASSIVO		32.129	26.984
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital Social		100.569	100.569
Reserva de Lucros		79.419	38.104
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		179.988	138.673
PASSIVO TOTAL		212.117	165.657

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	13	58.728	55.829
CUSTOS	14		
Custo com Energia Elétrica		(6.821)	(5.935)
Custos de Operação		(8.919)	(8.386)
		(15.740)	(14.321)
LUCRO BRUTO		42.988	41.508
DESPESA OPERACIONAL	14		
Despesas Gerais e Administrativas		(917)	(939)
Outras Despesas Operacionais		(287)	(65)
		(1.204)	(1.004)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		41.784	40.504
Receitas Financeiras	15	2.320	4.067
Despesas Financeiras	15	(98)	(99)
		2.222	3.968
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		44.006	44.472
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	16	(2.265)	(3.110)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	(469)	1
RESULTADO DO EXERCÍCIO		41.272	41.363

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	41.272	41.363
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	41.272	41.363

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	100.569	10.450	38.134	-	149.153
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos			(32.195)		(32.195)
Resultado do Exercício				41.363	41.363
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal		2.067		(2.067)	
Dividendos Obrigatórios				(19.648)	(19.648)
Reserva de retenção de lucros			19.648	(19.648)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	100.569	12.517	25.587	-	138.673
Retorno de dividendos para reserva especial			19.648		19.648
Resultado do Exercício				41.272	41.272
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					-
Reserva Legal		2.062		(2.062)	-
Dividendos Obrigatórios				(19.605)	(19.605)
Reserva de retenção de lucros			19.605	(19.605)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	100.569	14.579	64.840	-	179.988

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	41.272	41.363
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 16)	2.734	3.109
Atualização Monetária Bonificação de Outorga (Nota 6)	(25.156)	(23.303)
Depreciação e Amortização (Nota 14)	629	638
Amortização do Direito de Uso	13	4
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	18	-
Juros Passivo de Arrendamento	7	11
Juros e variações monetárias (Nota 4)	(1.993)	(3.922)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	(18)	(11.946)
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	-	(70)
Baixas imobilizado (Nota 7)	4	-
	17.510	5.884
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores (Nota 5)	343	(526)
Ativo Financeiro da Concessão (Nota 6)	19.674	18.972
Tributos Compensáveis	(408)	(644)
Outros ativos	23	(208)
	19.632	17.594
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 9)	4.204	(231)
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 11)	572	188
Encargos Regulatórios	245	205
Convênio de Compartilhamento (Nota 17)	(82)	1
	4.939	163
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	42.081	23.641
Imposto Renda e Contribuição Social pagos (Nota 16)	(2.141)	(1.797)
Juros recebidos (Nota 4)	1.333	3.872
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	41.273	25.716
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	(44.467)	(30.631)
Resgates de Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	27.647	54.374
Fundos Vinculados	(30)	9
Imobilizado e Intangível (Nota 7, Nota 8)	(16.614)	(939)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(33.464)	22.813
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos (Nota 12)	-	(51.000)
Arrendamentos pagos	(18)	(12)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(18)	(51.012)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.791	(2.483)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.450	4.933
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	10.241	2.450

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.843/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, da Cemig GT para a Cemig Geração Leste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 14/2016 – MME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina e Ervália e nº 15/2016 – MME – PCHs Tronqueiras e Peti, ocorridos em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Companhia (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Dona Rita	07/2050
Ervália	04/2047
Neblina	04/2047
Peti	01/2053
Sinceridade	03/2047
Tronqueiras	12/2046

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 30 de junho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 e 13 – Consumidores e revendedores e Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 6 – Ativos financeiros da concessão (indenização a receber);
- Nota 7 – Imobilizado (definição da vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos, valor justo do direito de extensão da outorga em virtude da repactuação do GSF – *Generation Scaling Factor*);
- Nota 10 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 18 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).
- Nota 19 – Ativos classificados como mantidos para venda (mensuração do valor justo).

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Essas alterações não impactaram materialmente as políticas contábeis já adotadas pela Companhia.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidênciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez. A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
Alterações nas normas CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2025
Alterações ao CPC 48 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes,	01/01/2026

Norma	Principais alterações	Início da vigência
	uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado. As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos. Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 substituirá o CPC 26 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas. A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Há alterações consequentes em vários outros padrões. A norma será aplicada retrospectivamente. A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2027
CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e CPC 18 (R3) – Investimentos em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto – Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Trata de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração pois não possui investimentos e não realiza consolidação.	Ainda não definido

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
Contas Bancárias				355	81
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	98,0	99,0	2.623	119
Overnight	Pré-fixada	11,91 a 12,15	11,42 a 11,65	7.263	2.250
TOTAL				10.241	2.450

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2024	2023
		2024	2023		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	-	103 a 104,3	-	472
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2 a 112,0	108,6 a 111,98	12.749	3.045
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	12,41 a 12,45	11,83 a 11,85	3.304	1.373
Debêntures	TR+CDI	TR + 1 a 122,90 CDI	TR + 1 a 118,69 CDI	228	51
				16.281	4.941
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2 a 112,0	-	6.140	-
				6.140	-
				22.421	4.941

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Saldos Vencidos	Total	
	Não Faturado	Mais de 361 dias	2024	2023
Fornecimento Industrial	942		942	1.529
Suprimento a Outras Concessionárias	3.759	1	3.760	3.545
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	72		72	43
Total	4.773	1	4.774	5.117

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras.

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas as PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016, a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti para a Companhia, Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelo prazo de 30 anos. Para os exercícios de 2024 e 2023, a energia foi comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	137.346	133.015
Recebimentos	(19.674)	(18.972)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	25.156	23.303
Ativo mantido para venda	(4.428)	
Saldo final	138.400	137.346
Circulante	18.787	18.035
Não Circulante	119.613	119.311

(1) Essa movimentação não teve efeito caixa e por isso não consta na DFC.

(2) Maiores informações estão presentes na nota explicativa nº 19.

Política contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valores superiores aos seus valores recuperáveis líquidos.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		14.198	(2.493)	11.705	14.654	(2.015)	12.639
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,86	531	(86)	445	477	(66)	411
Reservatórios, barragens e adutoras	3,66	2.391	(320)	2.071	2.391	(233)	2.158
Máquinas e equipamentos	4,39	11.276	(2.087)	9.189	11.786	(1.716)	10.070
Em curso	-	17.594	-	17.594	2.160	-	2.160
Total	4,25	31.792	(2.493)	29.299	16.814	(2.015)	14.799

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Classificação como mantido p/ venda (D)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) - (B) + (C) - (D)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	14.654	-	(4)	420	(872)	14.198	(456)	(2.493)	11.705
Obras civis, benfeitorias e edificações	477			72	(18)	531	54	(86)	445
Reservatórios, barragens e adutoras	2.391					2.391	-	(320)	2.071
Máquinas e equipamentos	11.786		(4)	348	(854)	11.276	(510)	(2.087)	9.189
									-
Em curso	2.160	15.903		(420)	(49)	17.594	15.434	-	17.594
Total	16.814	15.903	(4)	-	(921)	31.792	14.978	(2.493)	29.299

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (c)	Adições líquidas = (A) - (B)+(C)+(D)	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	13.744	-	-	910	910	14.654	(2.015)	12.639
Obras civis, benfeitorias e edificações	477	-	-	-	-	477	(66)	411
Reservatórios, barragens e adutoras	2.391	-	-	-	-	2.391	(233)	2.158
Máquinas e equipamentos	10.876	-	-	910	910	11.786	(1.716)	10.070
Em curso	2.131	939	-	(910)	29	2.160	-	2.160
Total	15.875	939	-	-	939	16.814	(2.015)	14.799

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Para os ativos capitalizados cuja vida útil ultrapassa o prazo da concessão, a taxa de depreciação é ajustada. Essa avaliação é efetuada por ativo e por instalação (usina). Para aqueles, cuja vida útil se encerra antes do prazo da concessão, não é feito nenhum ajuste à taxa ANEEL. Em 31 de dezembro de 2024, a taxa média de depreciação do período foi de 4,25% (4,26% em 2023).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na

demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

8. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização (%)	2024			2023		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço		166	(24)	142	167	(16)	151
Ativos da concessão - GSF	3,13%	153	(18)	135	154	(13)	141
Intangível Software	20%	13	(6)	7	13	(3)	10
Em curso		711	-	711	-	-	-
Total		877	(24)	853	167	(16)	151

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições	Classificação como mantido p/ venda	Valor bruto em 31/12/2024	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço						
Ativos da concessão - GSF	154	-	(1)	153	(18)	135
Intangível	13	-	-	13	(6)	7
	167		(1)	166	(24)	142
Em curso	-	711	-	711	-	711
Total	167	711	(1)	877	(24)	853

	Valor bruto em 31/12/2022	Valor bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço				
Ativos da concessão - GSF	154	154	(13)	141
Intangível Software	13	13	(3)	10
Total	167	167	(16)	151

A amortização do ativo intangível é linear, sendo que os ativos da concessão – GSF consideram o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela controladora para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	1.477	19/07/2050
Ervalia	8	03/07/2046	290	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	290	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	252	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	355	26/12/2046

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas operacionais”.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

9. FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento e Transporte de Energia	725	643
Materiais e Serviços	6.328	2.206
TOTAL	7.053	2.849

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs. Destaca-se a construção da nova barragem da PCH Peti, em substituição a barragem atual, responsável pela variação observada na rubrica.

10. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

O passivo contingente, cuja expectativa de perda é considerada possível, é constituído pelas ações de responsabilidade civil, no montante de R\$598 (R\$747 em 31 de dezembro 2023), em que se discute indenização por danos materiais, em decorrência de inundação, provocada pela abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Peti, no Rio Santa Bárbara. Além disso, há ações ambientais, no montante de R\$12, nas quais se discute a suposta ausência de autorização ambiental para funcionamento.

Política contábil

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Circulante		
ICMS	239	202
COFINS	129	131
PASEP	28	28
INSS	280	189
ISSQN	298	85
Outros	55	40
	1.029	675
Não circulante		
COFINS	1.013	840
PASEP	227	182
	1.240	1.022
TOTAL	2.269	1.697

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia era de R\$100.569, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou, de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

b) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada a seguir:

Reservas de Lucros	2024	2023
Reserva legal	14.579	12.517
Retenção de lucros	64.840	25.587
TOTAL	79.419	38.104

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.062 de reserva legal em 2024, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício de 2023, no montante de R\$19.648 em 2024, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Resultado do exercício	41.273	41.363
Reserva legal constituída	(2.063)	(2.067)
	39.210	39.296
Dividendos obrigatórios - 50%	19.605	19.648
Dividendos Propostos		
Dividendos obrigatórios	19.605	19.648
Retenção de lucros	19.605	19.648
Total	39.210	39.296

Destinação do Resultado de 2024 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2025 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2024, no montante de R\$41.272, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.062 para constituição de reserva legal;
- R\$19.605 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.605 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Geração Leste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$19.605 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

13. RECEITA LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento Industrial	14.412	13.732
Fornecimento não Faturado Industrial	942	1.154
Transações com Energia na CCEE	457	391
Suprimento Cotas - Geração Própria	43.908	30.308
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	(955)	(1.010)
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga	(19.674)	(18.972)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	18	11.946
Fornecimento bruto de energia elétrica	39.108	37.549
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a)	25.155	23.303
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(5.535)	(5.023)
	58.728	55.829

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 6. Em linha com a OCPC 05 – Contratos de Concessão, essa parcela de remuneração financeira da bonificação pela outorga está vinculada ao modelo de negócio constituído, distinguindo-se de uma indenização a ser recebida ao término da concessão, e, portanto, integra a receita operacional.

(b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
Tributos sobre a Receita		
ICMS	2.619	2.523
COFINS	1.849	1.662
PIS-PASEP	401	360
	4.869	4.545
Encargos do Consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	149	124
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	213	177
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	106	89
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	134	35
CDE sobre P&D	64	53
	666	478
	5.535	5.023

Política contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

Fornecimento bruto de energia

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Transações com energia na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

14. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos com energia elétrica

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda	770	122
Encargos de uso da rede básica de distribuição ⁽¹⁾	6.051	5.813
	6.821	5.935

(1) Encargos de uso da rede básica de distribuição referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução.

b) Custos e despesas

	Custos de operação		Despesas Operacionais ⁽¹⁾		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	-	-	698	700	698	700
Materiais	205	550	-	-	205	550
Serviços de Terceiros (c)	8.056	7.127	219	239	8.275	7.366
Depreciação	642	642	-	-	642	642
Outros custos/despesas	16	67	287	65	303	132
TOTAL ⁽²⁾	8.919	8.386	1.204	1.004	10.123	9.390

(1) As despesas operacionais se referem, em sua maioria, ao reembolso de gastos decorrentes do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos celebrado pela Companhia e demais empresas do Grupo. Maiores informações vide nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

(2) A variação observada em Custos e Despesas decorre, principalmente, das construções da nova barragem da PCH Peti.

c) Serviços de terceiros

	2024	2023
Manutenção, Conservação e Instalação	6.637	4.228
Conservação e Limpeza de Prédios	15	2
Meio Ambiente	1.151	874
Tecnologia da Informação	181	187
Energia Elétrica	39	211
Outros	252	1.625
TOTAL ⁽¹⁾	8.275	7.127

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº17.

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	2.285	3.945
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	-	12
Variações Monetárias- Restituição a concessionárias	-	70
Outras	35	40
	2.320	4.067
Despesas Financeiras		
Outras Variações Monetárias	(84)	(77)
Juros Passivo de Arrendamento	(7)	(11)
Outras	(7)	(11)
	(98)	(99)
RESULTADO FINANCEIRO	2.222	3.968

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. As despesas financeiras abrangem principalmente a variação monetária sobre P&D e juros de arrendamentos.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de Renda	225	376
Contribuição Social	214	339
TOTAL	439	715

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de Renda	861	538
Contribuição Social	426	288
TOTAL	1.287	826

c) Imposto de renda e contribuição social

	2024	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	58.734	58.734
ICMS ST	(86)	(86)
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.692	7.038
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.405	1.405
Outras Receitas Financeiras	36	36
Exclusões da Receita - CM s/ indêbitos fiscais	(21)	(21)
Base de Cálculo Lucro Presumido	6.111	8.457
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	917	761
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	587	
IR e CS - Lucro Presumido	1.504	761
Rendas Aplicações não resgatadas	879	879
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Rendas não resgatadas diferidas Ano 2024	220	79
LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	5.510	5.510
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	441	661
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	110	60
Devolução Suprimento Cotas		
Suprimento não faturado	-	-
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	-	-
LUCRO PRESUMIDO - Amortização custo GSF		
AMORTIZAÇÃO GSF (receita diferida)	5	5
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	0	1
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	0	0
Corrente	1.504	761
Diferido	330	139

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	44.431	44.431
ICMS ST	81	81
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.548	5.322
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	5.175	5.175
Outras Receitas Financeiras	52	52
Exclusões da Receita - CM s/ indêbitos fiscais	-26	-26
Base de Cálculo - Lucro Presumido	8.749	10.523
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.312	947
Adicional 10% valor superior a R\$240	851	
IR e CS – Lucro Presumido	2.163	947
Rendas aplicações	3.945	3.945
Rendas aplicações resgatadas	(5.175)	(5.175)
Rendas aplicações não resgatadas	(1.230)	(1.230)
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas	(307)	(111)
Receita por competência diferida	4.475	4.475
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	358	537
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido - receita por competência	90	48
Devolução Suprimento Cotas		
Suprimento não faturado	9.057	9.057
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	725	1.087
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	181	98
Amortização custos GSF	5	5
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	1
Alíquota	25%	9%
Total	-	-
Corrente	2.163	947
Diferido	(36)	35

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Distribuição	301	288	-	-	3.560	2.496	(21)	(63)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	431	312	-	-	(3.057)	(2.607)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	298	-	-	-	(298)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	216	-	-	-	(764)	(587)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.045	239	-	-	(2.086)	(1.483)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	19.605	19.648	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$39.210. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 12.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	7.263	2.250	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	16.281	4.939	-	-	944	55	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	6.140	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	35	36
Participação nos resultados	11	8
Previdência privada	4	3
Total ⁽¹⁾	50	47

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores	2	4.774	4.774	5.117	5.117
Títulos e Valores Mobiliários	2	228	228	51	51
Fundos Vinculados		31	31	1	1
Ativos financeiros da Concessão		142.334	142.334	137.346	137.346
		147.367	147.367	142.515	142.515
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	9.886	9.886	2.369	2.369
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	-	-	472	472
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	18.889	18.889	3.045	3.045
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	3.304	3.304	1.373	1.373
		32.079	32.079	7.259	7.259
		179.446	179.446	149.774	149.774
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(7.053)	(7.053)	(2.849)	(2.849)
Passivo de Arrendamento	2	(211)	(211)	(143)	(143)
		(7.264)	(7.264)	(2.992)	(2.992)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente

de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio;

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento *	10	10	113	54	98	285
Fornecedores	7.053	-	-	-	-	7.053
TOTAL	7.063	10	113	54	98	7.338

(*) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência e, constatando evidência de perda de receita, ou elevado risco de sua ocorrência, constitui Perdas de Créditos Esperadas.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas,

podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como as indenizações a receber dos ativos de geração. As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

19. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Transferência onerosa de 4 PCH/UHEs

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo do ativo classificado como mantido para venda, mensurados a valor justo, é como segue:

	2024	2023
Imobilizado e Intangível - Usinas	780	-
Ativo financeiro - Bonificação pela outorga usinas	4.428	-
	5.208	-

Em 1º de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, a ser conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 PCHs/UHEs, sendo uma 1 PCH da Cemig GT e 3 de suas subsidiárias integrais, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig GT							
PCH Machado Mineiro	Autorização	1992	1,7	1,1	Maio, 2027	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Leste							
UHE Sinceridade	Concessão	1963	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Sul							
UHE Marmelos	Concessão	1915	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Oeste							
UHE Martins	Concessão	1950	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Total			14,8	6,0			

Conforme CPC 31, a classificação de ativos como mantidos para venda deve ser realizada quando do início de uma programa firme para conclusão do plano de alienação. Em abril de 2024, foi realizada a classificação como mantidos para venda.

Durante as atividades preliminares para preparação do leilão, foi realizada a avaliação dos ativos, a qual apurou um valor mínimo de R\$29,1 milhões para o lote único das usinas. Essa avaliação foi realizada por meio do método do fluxo de caixa descontado, considerando as usinas de forma individualizada, e pela avaliação patrimonial dos terrenos.

Em 27 de junho de 2024, a CEMIG GT suspendeu o leilão. A suspensão ocorreu pela ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado. Em 23 de setembro de 2024 a controladora reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a

otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital e republicou, o leilão na B3 com previsão para realização do leilão em 05 de dezembro de 2024, conforme cronograma do Edital.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA no valor de R\$52 milhões, o que representa um ágio de 78,8% em relação ao preço mínimo de R\$29,1 milhões.

Em 20 maio de 2025, foi concedida tutela de urgência para suspender os efeitos do edital e do contrato dele derivado, pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, em ação popular movida contra o Leilão público de alienação das 4 PCHs/UHEs.

Em 23 de maio de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais suspendeu, até o trânsito em julgado da decisão de mérito, a liminar proferida nos autos da ação popular contra o edital e o contrato do leilão de alienação dos direitos de exploração de serviços de geração de energia das 4 usinas de pequeno porte.

Assim, a decisão restabelece os efeitos do Leilão realizado em 05/12/2024 para o desinvestimento das usinas de Machado Mineiro, Sinceridade, Martins e Marmelos.

A presente alienação está em linha com as diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

Política contábil

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados, e qualquer investimento não é mais sujeito ao método da equivalência patrimonial.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum passivo classificado como mantido para venda.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Leste S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, a minuta do Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes Ltda, a ser emitido em 30-06-2025, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025.

Nelson Tamietti, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal